

DEFICIÊNCIA, INCAPACIDADE E DESVANTAGEM: CONCEITOS BÁSICOS

Tadeu Barbosa Nogueira Júnior

A Organização Mundial da Saúde (OMS) publicou oficialmente, em 1980, o Manual de Classificação das Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (CIDID ou, em inglês, ICDH). Esse documento foi fruto de promissoras discussões ocorridas nos anos 70, e o seu objetivo era o de contribuir para a promoção da uniformidade de conceitos e terminologias que são utilizados pelos serviços de medicina, reabilitação e seguridade social. No entanto, diversas críticas foram aferidas, sendo as principais referentes à vinculação do seu referencial conceitual ao modelo médico.

Em 1990, durante a XXIII Conferência Sanitária Pan-americana — promovida pela Organização Pan-americana de Saúde, da OMS — “[...] foram analisados aspectos relacionados com a evolução conceitual, no contexto da saúde, dos termos: deficiência, incapacidade e menos-valia”¹ (CARVALHO, 2000, p. 38), também revistos na ICDH de 1993. Os conceitos propostos na referida Conferência e na última ICDH são utilizados, hoje, por grande parte dos pesquisadores de todo o mundo que trabalham com a questão da deficiência.

Passemos agora a delimitar o significado de deficiência, incapacidade e desvantagem, termos esses fundamentais e tantas vezes utilizados de forma inadequada por profissionais das mais diversas áreas.

DEFICIÊNCIA

Deficiência é toda e qualquer perda, falta ou alteração de estrutura ou de função, qualquer que seja sua causa.

¹O termo “menos-valia” é utilizado por alguns autores como sinônimo do termo “desvantagem”.

Quando falamos de perda, falta ou alteração de estrutura, estamos nos referindo à ausência ou anormalidade de parte(s) do corpo, podendo ser membro (mão, braço, perna etc.), órgão (olho, baço etc.) ou tecido. Portanto, estamos falando de algo que é orgânico, que é concreto, um fato inquestionável, uma realidade (AMARAL, 1995).

Quando falamos de alteração de função, estamos nos referindo à função de órgãos e à função cognitiva. E dizer que essas estão alteradas, em termos de deficiência, significa dizer que estão deficitárias.

Outro aspecto importante a ser considerado é que as alterações de estrutura ou de função que caracterizam a deficiência podem ser temporárias ou permanentes, além de congênitas ou adquiridas. Isso significa que uma pessoa pode nascer com uma deficiência ou adquiri-la ao longo de sua vida e, também, que uma deficiência não é, necessariamente, algo estático e determinado.²

Exemplificando o conceito que acabamos de analisar, a deficiência pode referir-se a: uma lesão medular; uma lesão cerebral; inexistência de partes do corpo; lesão no nervo óptico; funcionamento inadequado do aparelho auditivo; atrofia de membros; fratura óssea de membros inferiores ou superiores; ineficiência do funcionamento do rim; funcionamento cognitivo deficitário etc. Tais alterações, de acordo com o tipo de comprometimento que geram, são classificadas como: deficiência física, deficiência inte-

²Uma pessoa que quebra a perna terá uma deficiência física durante algumas semanas, mas, depois de um processo de reabilitação, poderá voltar a andar e correr da forma como fazia antes da lesão; uma pessoa que quebra as mãos poderá voltar a manipular objetos como antes.

lectual,³ deficiência visual, deficiência auditiva, múltipla deficiência sensorial, insuficiência renal etc.

INCAPACIDADE

A incapacidade surge como consequência direta de uma deficiência, seja essa de ordem psicológica (função cognitiva), física, sensorial ou outra. Portanto, a incapacidade refere-se a qualquer restrição, decorrente de uma deficiência, da habilidade de desempenhar uma atividade funcional que se tem por comum para o ser humano. Ela pode ser temporária ou permanente, reversível ou irreversível e progressiva ou regressiva.

Amaral (1995, p. 67) diz que a incapacidade afirma, assim como a deficiência, “[...] uma concretude, uma realidade”.

Exemplificando o conceito que acabamos de ver e articulando-o com o conceito anterior, podemos ter o Quadro 1.1.

DESVANTAGEM (*HANDICAP*)

O *handicap* é uma situação desvantajosa para um determinado indivíduo, como consequência de uma deficiência e/ou de uma incapacidade que o limita ou o impede de desempenhar um papel que esteja de acordo com a sua idade e sexo e com os fatores sociais e culturais. Caracteriza-se pela diferença entre o rendimento do indivíduo e suas próprias expectativas e/ou as do grupo a que pertence.

³Nova nomenclatura adotada pela Organização Mundial da Saúde para deficiência mental.

Quadro 1.1 Relação deficiência e incapacidade

Deficiência	Incapacidade
Deficiência visual decorrente, por exemplo, de lesão no nervo óptico	O não enxergar
Deficiência física decorrente, por exemplo, de lesão medular	O não andar
Deficiência física decorrente, por exemplo, de lesão cerebral	Déficit do controle motor sobre membros superiores e inferiores
Deficiência intelectual decorrente, por exemplo, de síndrome genética	Déficit no raciocínio abstrato
Deficiência física decorrente, por exemplo, de fratura nos membros inferiores (pernas)	O não andar

Quando falamos de desvantagem, falamos sempre de desvantagem em relação a algo ou a alguém, ou seja, sempre de modo comparativo. Sendo assim, diferentemente da deficiência e da incapacidade, que são concretas e objetivas, a desvantagem é relativa. Enquanto a deficiência e a incapacidade estão caracterizadas na própria pessoa que as possui, a desvantagem surge na relação desse indivíduo com o seu meio ambiente.

Segundo Amaral (1995, p. 67), o conceito de desvantagem está “... profundamente ligado aos valores, normas e padrões do grupo no qual a pessoa com deficiência está inserida”. A desvantagem reflete a interação do indivíduo com o meio, está relacionada à socialização.

Articulando os três conceitos estudados no atual texto, temos o Quadro 1.2.

Quadro 1.2 Relação deficiência, incapacidade e desvantagem

Deficiência	Incapacidade	Desvantagem
Deficiência visual decorrente, por exemplo, de lesão no nervo óptico	O não enxergar	Leitura, escrita, locomoção autônoma etc.
Deficiência física decorrente, por exemplo, de lesão medular	O não andar	Prática de esportes, locomoção autônoma etc.
Deficiência física decorrente, por exemplo, de lesão cerebral	Déficit do controle motor	Escrita, locomoção autônoma, assumir cuidados de higiene pessoal etc.
Deficiência intelectual decorrente, por exemplo, de síndrome genética	Déficit no raciocínio abstrato	Assumir cuidados de higiene pessoal, aprendizagem, ter amigos etc.
Deficiência física decorrente, por exemplo, de fratura nos membros inferiores (pernas)	O não andar	Prática de esportes, locomoção autônoma etc.

CONCLUSÃO

Uma das principais vantagens em se considerar essa visão conceitual é conseguirmos perceber que nem tudo que parece ser causado por uma deficiência é consequência direta dela ou somente dela, ou seja, muitas coisas que consideramos serem causadas pela deficiência são, na verdade, causadas pela forma como nos relacionamos com ela ou com a pessoa que a tem.

Por exemplo, uma pessoa com visão subnormal não é incapaz de ler e escrever como a sociedade já considerou no passado. A sua incapacidade é de enxergar como o esperado, mas não de ler e escrever. Basta o emprego da escrita braile, da telelupa ou de outros recursos já criados para que ela seja capaz de suprir essa demanda.

Outra grande vantagem é a maior clareza sobre aquilo sobre o que podemos intervir e de que forma, o que favorece desde intervenções individuais até planos de ação em políticas sociais. Sobre a deficiência e a incapacidade, cabem intervenções no âmbito da saúde (prevenção, habilitação, reabilitação etc.) e da educação (prevenção,

entre outras. Sobre a desvantagem, cabem intervenções no âmbito da saúde (habilitação e reabilitação) e, principalmente, da educação. É somente através da educação que será possível a sociedade estabelecer uma relação com a pessoa portadora de deficiência que não a coloque no lugar de incapacitada, de alguém que não pode, por suas próprias condições, ter uma vida digna, prazerosa, feliz e passível de conquistas pessoais.

É fundamental sempre lembrarmos que a desvantagem está intimamente ligada ao processo de socialização. E que, sendo assim, a educação tem muito a fazer nesse campo, tanto de forma direta (junto às pessoas com deficiência e às que as cercam) quanto de forma indireta (junto a pessoas que ainda não convivem com outras que tenham deficiência).

Para finalizar, deixarei alguns poucos exemplos de intervenções possíveis sobre as desvantagens, cabendo ao técnico pensar, inclusive junto com todos os seus alunos, sobre o que pode ser feito para amenizar ou eliminar desvantagens que seu paciente com deficiência sofre na relação com toda a comunidade na qual se insere, principalmente naquela de âmbito escolar.

Quadro 1.3 Exemplos de intervenções possíveis, considerando-se os aspectos referentes a deficiência, incapacidade e desvantagem

Deficiência	Incapacidade	Desvantagem	Exemplos de intervenções para atenuar ou eliminar desvantagens	
			Centradas no Indivíduo	Externas ao Indivíduo
Visual (por exemplo, lesão no nervo óptico)	Enxergar	Ler	Braile	Livro em braile; livro falado
		Escrever	Braile	Máquina braile
		Locomoção autônoma na rua	Guia; cão-guia	Semáforo sonoro; sinalização braile; sinalização tátil (inclusive no chão)
Intelectual	Abstração (que varia de acordo com o grau de comprometimento de cada um)	Autonomia em atividades da vida diária (AVDs)*	Terapia ocupacional, acompanhamento terapêutico, instituição especializada	Orientação familiar, capacitação de pessoal do sistema educacional
		Socialização	Terapia ocupacional, acompanhamento terapêutico, inclusão em classe comum	Educação comunitária (em relação ao tema deficiência); sistema de apoio da comunidade, políticas sociais
		Aprendizagem	Profissionais especializados	Formação e capacitação de professores de Instituições Especializadas ou classes comuns

*AVDs dizem respeito, principalmente, a atividades de cuidados higiênicos (tomar banho, escovar os dentes, pentear os cabelos etc.) e alimentação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, L.A. *Conhecendo a deficiência* (em companhia de Hércules). São Paulo: Robe Editorial, 1995.
 AMIRALIAN, M.L.T. et al. Conceituando deficiência. *Revista Saúde Pública*, São Paulo, 34(1): 97-103, 2000.
 CARVALHO, R.E. *A Nova LDB e a Educação Especial*. Rio de Janeiro: WVA, 2000.

QUESTÕES COMENTADAS

1) Quais as diferenças entre incapacidade e desvantagem?

R: A incapacidade é uma consequência direta da deficiência, qualquer que essa seja (psicológica, física, sensorial ou outra), referindo-se, assim, a qualquer restrição, decorrente dessa deficiência, da habilidade de desempenhar uma atividade funcional que se tem por comum para o ser humano, podendo ser temporária ou permanente, reversível ou irreversível, e progressiva ou regressiva. Em contrapartida, a desvantagem é um prejuízo para um determinado indivíduo, conseqüente à própria deficiência e/ou incapacidade, limitando-o ou impedindo-o de desempenhar um papel que esteja de acordo com a sua idade e o seu sexo e com os fatores sociais e culturais. Caracteriza-se, assim, pela diferença entre o seu rendimento e suas expectativas e/ou as do grupo a que pertence.

2) O que você conceitua como deficiência?

R: Deficiência é toda e qualquer perda, falta ou alteração de estrutura ou de função, independentemente de sua causa. Refere-se, assim, à ausência ou anormalidade de qualquer(quaisquer) parte(s) do corpo, podendo ser membro (mão, braço, perna etc.), órgão (olho, baço etc.) ou tecido. Corresponde, assim, a algo orgânico, concreto, inquestionável, real.

3) Quais as vantagens decorrentes da utilização desses três conceitos?

R: A principal vantagem é perceber que nem tudo que parece ser causado por uma deficiência é consequência direta dela ou somente dela, pois muitos fatos que consideramos causados pela deficiência são, na verdade, decorrentes da forma como nos relacionamos com a pessoa que a apresenta, uma vez que utilizando-se de recursos específicos, criados para ela, sua portadora passa a ser capaz de suprir a demanda social requerida.

Outra vantagem é a maior clareza sobre o que podemos intervir e como o fazer. Isso favorece desde intervenções individuais até planos de ação em políticas sociais, uma vez que, sobre elas, fazem-se necessárias intervenções globais e específicas no âmbito da saúde (prevenção, habilitação, reabilitação etc.) e da educação (prevenção). Isso porque depende da relação que a sociedade estabelece com a pessoa portadora de deficiência que ocasionará, para ela, uma vida digna, prazerosa, feliz e passível de conquistas pessoais. Isso porque a desvantagem está intimamente ligada ao processo de socialização.

Nogueira Junior, T.B- (2008) Deficiência, Incapacidade e Desvantagem: Conceitos Básicos in Assumpção Junior, F.B & Tardivo, L.S.P.C. (orgs.)- **Psicologia do Excepcional - Deficiência Física, Mental e Sensorial**. Rio de Janeiro, : Guanabara Koogan., pp.1-4